



Psicologia em Estudo

ISSN: 1413-7372

revpsi@uem.br

Universidade Estadual de Maringá  
Brasil

Beiras, Adriano; Duarte de Souza, Carolina; Kaszubowski, Erikson; Silveira Soares, Marina; Coelho de Souza Lago, Mara

Sexo e gênero em revistas: uma análise preliminar de discurso  
Psicologia em Estudo, vol. 13, núm. 1, enero-marzo, 2008, pp. 97-104  
Universidade Estadual de Maringá  
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122106012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## SEXO E GÊNERO EM REVISTAS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DE DISCURSO

Adriano Beiras<sup>\*</sup>  
Carolina Duarte de Souza<sup>#</sup>  
Erikson Kaszubowski<sup>¶</sup>  
Marina Silveira Soares<sup>æ</sup>  
Mara Coelho de Souza Lago<sup>Æ</sup>

**RESUMO.** Reportagens que essencializam a diferença entre características masculinas e femininas têm obtido destaque em diversas revistas de circulação nacional, para um público leigo. Pretendeu-se, assim, problematizar a questão, discutindo algumas publicações sobre o enfoque relacional de gênero. Foram analisadas revistas veiculadas de janeiro a abril de 2005, representativas da imprensa de grande circulação, disponibilizadas na biblioteca de um colégio particular dirigidas para os alunos da quinta série do ensino fundamental até a terceira série do ensino médio. Também foram pesquisadas duas revistas direcionadas a profissionais e estudantes de Psicologia. Dentre 33 artigos encontrados, foram estudados 17 e selecionados 08 para serem submetidos à técnica de análise de discurso. Nos artigos pesquisados, percebeu-se um expressivo enfoque biológico no tratamento da temática, valorizando perspectivas médicas, neurológicas, etológicas, num viés muitas vezes psicologizante. Verificou-se também a confusão dos conceitos de sexo e gênero, dicotomizados em algumas publicações e utilizados como sinônimos em outras.

**Palavras-chave:** gênero, análise de discurso, mídia impressa.

## SEX AND GENDER IN MAGAZINES: A PRELIMINARY DISCOURSE ANALYSIS

**ABSTRACT.** Articles that essentialize the difference between feminine and masculine characteristics have obtained especial attention in national magazines with readers mostly composed lay people. Taking such a situation in consideration, the above subject matter is questioned through a discussion of certain articles from the gender approach. Magazines published from January to April 2005, most of them highly popular throughout Brazil, were analyzed. Magazines, hailing from the library of a private and traditional school in Florianópolis SC Brazil, were read by students aged 11 to 18 years old. Two Psychology magazines, found in the Psychology Department of the Universidade Federal de Santa Catarina, were also consulted. Out of 33 articles seventeen were selected and finally 8 articles were analyzed according to Discourse Analysis method (Orlandi, 1999). Results show that in the analyzed articles an expressive biological theorization on this subject occurred, valorizing medical, neurological and ethological approaches. Concepts of sex and gender are used in different ways, even as different concepts, while in others they are explained as synonyms.

**Key words:** Gender, discourse analysis, printed media.

## SEXO Y GÉNERO EN REVISTAS: UN ANÁLISIS PRELIMINAR DE DISCURSO

**RESUMEN.** Reportajes que esencializan la diferencia entre características masculinas y femeninas han obtenido destaque en diversas revistas de circulación en nivel nacional en Brasil, para un público lego. Se ha buscado, de este modo, problematizar la cuestión, discutiendo algunas publicaciones sobre el enfoque relacional de género. Han sido analizadas revistas publicadas de enero a abril de 2005, representativas de la prensa de gran circulación, disponibles en la biblioteca de un colegio particular dirigida a los alumnos del quinto año de la Enseñanza Primaria hasta el tercer año de la Enseñanza Secundaria. También han sido investigadas las revistas dirigidas a profesionales y estudiantes de Psicología. De 33 artículos encontrados, fueron

---

\* Psicólogo. Mestre em Psicologia. Doutorando em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

# Psicóloga.

¶ Psicólogo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

æ Psicóloga Clínica.

Æ Doutora em Psicologia da Educação. Professora Titular do Departamento de Psicologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

estudiados 17 y seleccionados 08 para ser sometidos a la técnica de análisis de discurso. En los artículos investigados, se ha percibido un expresivo enfoque biológico en el tratamiento de la temática, valorizando perspectivas médicas, neurológicas, etológicas, bajo una concepción muchas veces psicologizante. Se ha verificado también la confusión de los conceptos de sexo y género, dicotomizados en algunas publicaciones y utilizados como sinónimos en otras.

**Palabras-clave:** género, análisis de discurso, medio impreso.

---

Ao visualizarmos tanto revistas direcionadas a públicos específicos quanto destinadas ao público em geral, percebemos que vem ocorrendo um “boom” de reportagens e artigos sobre o estudo das diferenças entre os sexos. Tal fato nos chamou a atenção, principalmente porque a maioria destas reportagens aborda questões relacionadas a sexo e gênero, numa visão caracteristicamente essencialista, sem diferenciar claramente estes termos.

Como o discurso se mostra uma importante fonte de dados acerca dessa temática, pelo fato de produzir, reproduzir e significar as características dos gêneros, nós o tomamos como ponto de partida para análise das reportagens pesquisadas. De acordo com Foucault (1979), as práticas discursivas estabelecem representações sobre corpo, subjetividade e sujeito, resultando na formação dos sujeitos subjetivados. Para Orlandi (1999), os estudos discursivos têm como objetivo refletir sobre o sentido das práticas humanas colocado no tempo e também no espaço, de forma a descentralizar qualquer noção de sujeito. No entanto, parece-nos necessário, primeiramente, fundamentarmos o que compreendemos sobre os conceitos de sexo e gênero. Os estudos das diferenças entre homens e mulheres estiveram sempre atrelados às discussões dos determinismos biológicos e/ou culturais e à explicação de comportamentos e modos de ser femininos e masculinos. Teóricas de destaque como a antropóloga Margaret Mead (1999) e a filósofa Simone de Beauvoir (1980) já discutiam essas questões no final da primeira metade do século passado, enfatizando os condicionamentos culturais como construtores das diferenças que subordinavam/secundarizavam as mulheres; diferenças que, no entanto, nos discursos sociais eram invariavelmente essencializadas, atribuídas à biologia.

Na compreensão do conceito de gênero, partimos das teorizações de Joan Scott (1990), que inicialmente se deteve sobre a conveniência da utilização da categoria gênero nos estudos de história. Segundo a autora, este termo surge como uma contestação ao determinismo biológico presente nas categorias de sexo e de papel sexual. As reflexões sobre gênero versam sobre a criação social das características de homens e mulheres, ou seja, sobre a construção social

e histórica produzida sobre as diferenças percebidas entre os sexos. Como descreve esta autora,

O núcleo da [minha] definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (Scott, 1990, p. 86).

Não podemos compreender gênero se desconsiderarmos suas dimensões histórica e cultural, já que é pelo uso da linguagem que os sentidos sobre o gênero são (re)produzidos. É importante frisar que com o uso da categoria gênero não estamos nos referindo apenas ao binômio homem-mulher, até porque este conceito não se refere ao indivíduo, mas a significados construídos nas relações sociais, marcando os corpos e criando espaços de acesso ao poder (Nogueira, 2001).

Nicholson (2000) assinala também que o uso dos termos sexo e gênero na teoria feminista em alguns momentos apresentou-se como contraditório: enquanto gênero apontava para questões histórico-sociais, sexo era utilizado para referir-se a aspectos biológicos da diferença entre homens e mulheres. Com o desenvolvimento das teorias feministas, a autora enfatiza que a categoria gênero tem sido utilizada para significar cultural e historicamente as diferenças entre masculino e feminino, inclusive sobre a questão corporal. Entretanto, conforme pontua Nicholson (2000), o “sexo” surge como o dado fisiológico sobre o qual se depositará a construção do gênero. Ao determinismo biológico sucede o que ela vai designar como fundacionismo biológico, do qual muitas teorias de gênero não puderam escapar.

Laqueur (2001) propõe um questionamento ainda mais radical a respeito da certeza ontológica da categoria sexo como um substrato biológico, anterior a qualquer construção cultural, sobre o qual se constituiriam, posteriormente, as diferenças de gênero. O autor fundamenta sua questão demonstrando que o modelo de dois sexos diferenciados, como percebemos atualmente, foi construído a partir do Iluminismo, e que anteriormente predominava, no Ocidente, o modelo de um só sexo. Os estudos anatômicos sobre

homens e mulheres utilizavam os mesmos termos para se referirem aos órgãos sexuais, considerando apenas que os órgãos femininos seriam “internos”, enquanto os masculinos, “externos”. O sexo não é só um dado biológico sobre o qual se constrói o gênero cultural, histórico, é também percebido e significado de diversas formas em diferentes momentos da história.

Segundo Saffioti (1994), embora o acervo de teorias resultantes das pesquisas feministas fosse suficiente para fundamentar as posturas que defendem a construção social do gênero, a partir da década de 1980 voltam a aparecer no cenário científico os estudos caracteristicamente essencialistas, que trazem no bojo de suas reflexões as relações de poder tradicionais, que submetem as mulheres. Entre esses estudos, podemos incluir aqueles que buscam uma explicação genética para os comportamentos, ou mesmo algumas pesquisas da neurociência que procuram identificar as diferenças entre os cérebros de homens e mulheres.

O neurocientista Rose (1997) alerta que, nas ciências biológicas, os estudos sobre as diferenças comportamentais costumam adotar o reducionismo como concepção teórica. Neste sentido, o autor ressalta que as teorizações que envolvem as questões sociais e biológicas não são necessariamente incompatíveis, já que, sendo a experiência humana inexoravelmente social e biológica, esses fatores não podem ser excluídos de suas explicações. O neurocientista preocupa-se com as tentativas de buscar respostas causais para assuntos sociais complexos apenas em concepções neurogenéticas. Segundo ele, uma das conseqüências de se adotar o determinismo biológico como explicação para fatos como o alcoolismo, a agressividade e a violência, por exemplo, seria a culpabilização dos indivíduos, perdendo-se de vista a questão político-econômico-social, maior e mais complexa.

Sendo assim, não se negam as contribuições advindas dos estudos biológicos, porém é preciso cautela em relação ao uso dessas informações, questionando-se a quais objetivos elas estão servindo (Rose, 1997). Também não se pode pensar em uma absolutização da cultura, pois esta e a biologia são determinações que não se excluem mutuamente, mas sim, “são cada uma a condição da outra” (Saffioti, 1994, p. 272).

Assim este artigo tem como objetivo problematizar a questão da diferença essencializada entre homens e mulheres em algumas reportagens de revistas de divulgação, utilizando ensinamentos da análise de discurso e partindo de um enfoque relacional de gênero. Busca-se apresentar elementos

iniciais de uma análise que poderá ser desenvolvida de maneira mais aprofundada em uma pesquisa mais ampla.

## MÉTODO

Foram pesquisadas 90 revistas veiculadas no período de janeiro a abril de 2005. A maioria dessas são representativas da imprensa de grande circulação (Época, Super Interessante, Boa Forma, Os Caminhos da Terra, Istoé, Veja, Revista da Família Cristã, Mundo Jovem, Galileu, Seleções Reader's Digest, Capricho, Cláudia, Scientific American Brasil, Saúde é Vital, National Geographic), e foram coletadas na biblioteca de um colégio particular tradicional de Florianópolis de orientação religiosa, que atende um público misto, nos níveis de ensino fundamental e médio. A biblioteca consultada está dirigida para os alunos da quinta série do ensino fundamental até a terceira série do ensino médio (aproximadamente 11 a 18 anos). Também foram pesquisadas duas revistas direcionadas a profissionais e estudantes de Psicologia (Psicologia Brasil e Viver Mente & Cérebro), encontradas no departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Dos 33 artigos encontrados referentes a discussões sobre gênero, foram selecionados 17 que apresentavam uma reflexão mais focada na explicação das diferenças entre homens e mulheres. Propondo elementos para uma abordagem discursiva dos traços diferenciais de gênero no âmbito da naturalização, foi realizada a leitura das reportagens, de maneira a delimitar o *corpus*<sup>1</sup> a ser analisado, composto de oito reportagens (ver Anexo). Foram selecionadas algumas citações e, a seguir, analisadas a partir dos princípios da análise do discurso (Orlandi, 1999) e das teorias de gênero.

Segundo Orlandi (1996, 1999), que se fundamenta nas concepções de Michel Pêcheux (2002), a análise do discurso visa, partindo da superfície lingüística (o material lingüístico coletado; neste caso, as reportagens), apontar o objeto discursivo, através da análise da materialidade lingüística. Não se restringindo à análise dos significados pretendidos pelo autor, a análise do discurso procura o intertexto que atravessa a produção textual, apontando para o modo como os objetos simbólicos produzem sentidos, ou seja, como as formações ideológicas regem os processos de

<sup>1</sup> Termo utilizado por E. Orlandi (1999) referindo-se ao conjunto do material selecionado para ser submetido à análise do discurso.

significação (Orlandi, 1999). Assim, este instrumento de análise procura entender a língua fazendo sentido, concebendo a linguagem como mediadora entre o homem e a realidade natural e social (Orlandi, 1999). Esta maneira de analisar os textos busca compreender a forma como uma experiência é contada; em outras palavras, preocupa-se em entender por que algo foi dito desta ou de outra maneira, indo além do conteúdo lingüístico. O que importa é como o falante dá sentido aos acontecimentos e ações de sua vida, quais os recursos lingüísticos e culturais a que recorre, entre outros aspectos. Orlandi (1996) ressalta que o analista do discurso procura compreender quais são as regras de uma enunciação, procura “mostrar como um objeto simbólico produz sentidos, como os processos de significação trabalham um texto” (p. 80).

Um analista do discurso busca entender que gestos de interpretação desenvolvem determinada discursividade, ou seja, procura compreender que gestos de interpretação constituem os sentidos e os sujeitos em suas posições. Estes sentidos nunca estão soltos, e sim, ligados aos “dispositivos ideológicos” (Orlandi, 1996). Os sentidos são determinados ideologicamente: “ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (Orlandi, 1999, p. 46). Desta forma, poderíamos dizer que as palavras têm sentidos diferenciados de acordo com as posições daqueles que as utilizam. Este sentido é empregado segundo estas posições, influenciado pelas formações ideológicas nas quais estas posições de sujeito estão inscritas (Orlandi, 1999).

Segundo essa autora, é importante lembrar que “todo o discurso é um deslocamento na rede de filiações, mas este deslocamento é justamente deslocamento em relação a uma filiação (memória) que sustenta a possibilidade mesma de se produzir sentido” (Orlandi, 1999, p. 93). A partir disto, o trabalho do analista consiste em observar as condições de produção de sentido e verificar o funcionamento da memória. Este trabalho remete o que é dito a uma formação discursiva para entender o sentido daquilo que ali está dito. De acordo com Orlandi (1999), o analista do discurso estuda o modo de construção, a estruturação, o modo de circulação e as diferentes leituras que constituem os sentidos do material a ser analisado. Nas palavras da autora, “O que interessa primordialmente ao analista são as propriedades internas ao processo discursivo: condições, remissão a formações discursivas, modo de funcionamento” (Orlandi, 1999, p. 86).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na maioria das reportagens analisadas, os autores enfatizam as influências biológicas na questão das

diferenças entre homens e mulheres, em detrimento da questão social. Parece haver uma disputa por verdades, procurando determinar quem está correto ou o que influencia mais na diferença entre masculinidades e feminilidades, se são fatores sociais ou biológicos, como nesta citação da reportagem “Diferenças desde o Nascimento”:

“Parece haver, portanto, um germe implantado nas crianças que as leva a buscar diferentes estímulos em seu ambiente de acordo com seu sexo. Mas isso contradiz a **opinião mais popular, ainda hoje** defendida por muitos pesquisadores, de que suas condutas sejam apenas fruto da aprendizagem e resultado de uma longa socialização” (grifo nosso).

A caracterização de uma determinada posição teórica – social – como “*mais popular*” traz, primeiramente, o sentido de um senso comum. O popular é relacionado, freqüentemente, com o que é de domínio comum e se opõe ao conhecimento exato da ciência. Nesse sentido, a “*opinião mais popular*” também significa uma posição menos científica, ou pelo menos, que não está a par das recentes descobertas da ciência, que aqui se relacionam com o conhecimento produzido pela neurociência acerca das diferenças biológicas entre mulheres e homens. A locução adverbial “*ainda hoje*”, caracterizando a posição defendida por alguns pesquisadores, aponta para uma obsolescência das teorias sociais.

Na mesma reportagem, a diferença é essencializada:

“Uma coisa, no entanto, está clara: o tão propagado tratamento igualitário como remédio para a discriminação contra as mulheres só funcionaria se meninos e meninas não fossem **essencialmente** diferentes. Na realidade eles são por natureza tão distintos que o tratamento igualitário se torna contraproducente” (grifo nosso).

A palavra “*essencialmente*”, qualificando a diferença entre meninos e meninas, traz consigo o sentido de “essência”, qual seja, de que as diferenças fundamentam a própria possibilidade de ser dos gêneros, portanto demarcados *a priori*, ou como é complementado posteriormente “*por natureza tão distintos*”. Utilizando a “*natureza*” para caracterizar essa distinção, o autor da reportagem está legando ao domínio biológico tal diferença, pretendendo que as ciências estabeleçam o que há de mais universal nos seres humanos, enquanto a cultura seria uma pequena

adição na constituição do sujeito. Além disso, a essência caracteriza aquilo que é universal e tradicionalmente colocado como objeto da ciência. A cultura, ao contrário, como adição ao humano biológico, é apenas um acidente que, como tal, não pode ser abordado pela ciência. Isso justificaria a pretensão reducionista de se buscar no corpo biológico a explicação derradeira das diferenças entre homens e mulheres.

Ainda, a “Viver Mente e Cérebro” se coloca como uma revista científica de caráter popular, de forma que, ao trazer uma reportagem que fundamenta na biologia (e quase exclusivamente nela) a diferença entre homens e mulheres, faz supor que na construção de um conhecimento científico acerca do gênero, só é possível tratar de diferenças neurofisiológicas e genéticas. Inclusive, notamos a presença de uma reportagem que aborda gênero a partir de um enfoque cultural, relativizando essas diferenças e procurando explicitar suas constituições históricas, numa seção de “Literatura”. Sendo um artigo literário, não pode, conseqüentemente, ser científico. Nesta reportagem, intitulada “Sexo: mitologia e verdade científica”, é feito um percurso histórico sobre as diferenças entre os sexos, embasado na mitologia grega, na narrativa bíblica, na Grécia clássica de Aristóteles e Hipócrates e rapidamente em Freud, colocando questionamentos e reflexões sobre o tema.

As questões sobre o essencialismo reaparecem em outras reportagens, como na “Questão de simetria”, da “Viver Mente e Cérebro”: *“a diferença biológica entre homem e mulher se baseia em grande parte na economia hormonal de ambos”*. Ao longo do texto apresentam-se comprovações de pesquisas estatísticas, gráficos de desempenho, etc, fundamentando essa concepção. Só no último parágrafo da matéria encontramos uma breve tentativa de relativização: *“Na verdade, as diferenças entre os sexos aqui descritas raras vezes se manifestam no cotidiano. No dia-a-dia imperam, sobretudo, diferenças individuais”*.

Além disso, numa reportagem da revista Seleções Reader’s Digest intitulada “A ciência de um casamento feliz”, é dito que *“... os cérebros masculino e feminino pensam, agem e até amam de maneiras bastante distintas”*, essencializando mais uma vez a diferença. No corpo da reportagem vemos as ações cotidianas serem caracterizadas como próprias de cada gênero:

“Um homem pode ver o sentimentalismo, a necessidade de se comunicar, o desejo pelo romance sensual e até a atitude em relação ao trabalho doméstico de sua mulher como uma perda de tempo. Ela pode ver os hábitos,

hobbies, preocupação com o trabalho e a necessidade de independência de seu marido como perigoso e egoísta”.

No artigo “Diferenças desde o Nascimento”, da revista Viver Mente e Cérebro, a explicação das diferenças entre homens e mulheres reflete também sobre as atividades características de cada gênero, como podemos perceber na seguinte afirmação:

“Em todas as culturas conhecidas são sobretudo as mulheres que assumem o cuidado das crianças. O que não surpreende: afinal, ao longo dos milhões de anos da história de nossa espécie, a sobrevivência dos recém-nascidos sempre dependeu exclusivamente da atenção e cuidado maternos”.

Ao qualificar a sobrevivência das crianças como relacionada “exclusivamente” aos cuidados maternos, há uma corroboração do discurso tradicional de que o cuidado infantil é uma responsabilidade da mulher e, se assim é, tanto os homens não têm uma capacidade “natural” para cuidar das crianças (trazendo, como não-dito, que a adoção por homossexuais masculinos, por exemplo, não respeitaria a “ordem da natureza”), como também justificaria a dupla jornada de trabalho da mulher, pois ela seria a mais indicada para cuidar dos filhos.

A matéria “Matriarcado: história ou mito” da revista Galileu aborda também a questão de uma diferença naturalizada entre os gêneros, discorrendo sobre a possível existência de um período matrifocal:

“[...] uma sociedade que desconhece a guerra e a violência sistemática, que não possui classes nem estrutura rígida de poder, não oprime mulheres nem homens e que celebra a vida a ponto de adorar a natureza como expressão de um ser divino. [...] Mas os [...] invasores [...] teriam tomado os continentes e introduzido o machismo, a cultura da guerra e a sociedade patriarcal”.

Notamos que se faz uma associação entre mulher e harmonia social, e homem e violência. Outro fato interessante é a nomeação dessa sociedade como matrifocal, quando ao que parece não haveria nela diferenças expressivas de gênero. Ao final da reportagem encontramos alguns fatos que tentam comprovar que o matriarcado não existiu, dentre eles: *“Hoje conhecemos fortificações e covas coletivas que datam do período neolítico, mostrando que já existia matança e violência antes dos kurgans”*. É interessante que mais uma vez é dito que o matriarcado é mito pelo fato de a guerra ter sido uma

constante, desde os povos de períodos muito iniciais da vida humana na Terra, como se o ofício da guerra (e com ele a violência) fosse, invariavelmente, uma ocupação natural dos homens. Ainda, a conclusão da matéria traz referências à “importância de criar um mundo mais aberto aos valores femininos, seja na área da espiritualidade, dos relacionamentos ou em ambas”, de forma que, além de fazer essas associações, são delimitados os espaços que a mulheres devem ocupar na sociedade atual.

Novamente tratando sobre a essencialização e naturalização de atividades como próprias de um gênero, encontramos na reportagem “Diferenças desde o nascimento”, da Revista Viver Mente e Cérebro, o seguinte trecho:

“Há naturalmente outras importantes atividades para o sustento da família que as mulheres costumavam desempenhar em **todas as culturas**, como a coleta de frutas e de outros suplementos alimentares e a confecção de roupas e utensílios. Hoje a técnica e a industrialização ocuparam esses clássicos domínios de atuação feminina, e com isso elas agora tentam justificadamente a ingressar nas ocupações típicas “masculinas”, inevitavelmente competindo com o outro sexo. Que elas – para desgosto dos partidários da emancipação e igualdade de direitos – em geral levam a pior nesta disputa depende, mais uma vez, de tendências comportamentais inatas e, sobretudo, de particularidades das estratégias masculinas. Essas estratégias também se desenvolvem no curso da evolução e relacionam-se ao investimento mais baixo do pai em sua prole”.

Vemos aqui que se parte de uma visão etnocêntrica de mundo, desconsiderando-se a historicidade das relações político-sociais estabelecidas.

O editorial dessa revista afirma: “... *experiências não deixam dúvidas de que certas preferências e características vinculadas ao gênero vêm do berço*”. O termo gênero é usado, na maior parte das reportagens, como sinônimo de sexo. Na matéria “Agora é oficial: Roberta Close é mulher”, da revista Isto é, o termo sexo também é trazido como vinculado à biologia, o que fica evidente na fala: “*O verdadeiro sexo de uma pessoa é o seu sexo psicológico*”. Ao “inventar” um outro termo – “sexo psicológico” – para expressar a influência do social nessa temática, desvela-se a limitação sentida com um conceito de sexo puramente biológico, precisando criar um outro termo para significar sua fala.

Por outro lado, na reportagem “Diferenças desde o nascimento” da revista Viver Mente Cérebro, a partir da consideração da influência social na

constituição das diferenças, esta é minimizada à medida que é enaltecida a importância dos fatores biológicos na diferenciação entre os gêneros:

“E, mais uma vez, o meio social é considerado a causa **única** das divergências de comportamento **entre os gêneros**. Assim, se moças e rapazes se comportam de modo diverso, é **apenas** porque foram tratados diferentemente desde o nascimento. Em consequência, as discussões sobre a igualdade de oportunidades concentram-se sobretudo na questão de como impedir essa injusta influência do meio social. Nos últimos anos, contudo, pesquisadores têm questionado se o ambiente social é a **única causa** das especificidades de comportamento de cada sexo” (grifos nossos).

Em seguida, citam-se pesquisas que falharam ao tentar comprovar de forma convincente que a socialização seja a causa dos comportamentos típicos de cada “sexo”. No texto, sexo e gênero são empregados alternadamente, como sinônimos.

Outro aspecto encontrado nas reportagens diz respeito à concepção evolucionista que permeia muitos estudos sobre as diferenças entre os gêneros. Percebemos em diversas citações a defesa de que as diferenças resultam da evolução da espécie, como no editorial da revista citada acima: “*Talvez os talentos cognitivos específicos de cada sexo tenham surgido por se revelarem vantajosos no curso da evolução*”.

Também dentro de uma visão evolucionista e biologizante, a reportagem “Psicologia do Amor”, encontrada na revista Psicologia Brasil, traz explicações que parecem essencializar a diferença, concebendo características universais para homens e mulheres de todas as sociedades:

“No que diz respeito à atração física, apesar de existir preferências específicas dentro das comunidades, há critérios de escolha dos parceiros que parecem ser universais para a espécie humana”.

Além disso, atribuem às práticas sexuais uma função apenas reprodutiva, ao tratar da atração física entre mulheres e homens:

“Os homens são atraídos por mulheres mais jovens, pois elas apresentam maior capacidade e segurança de reprodução do que as mais velhas. Uma das características mais valorizadas pelos homens é a razão entre a circunferência da cintura e do quadril femininos que, quando baixa, indica saúde e boa capacidade reprodutora [...] mulheres

preferem homens maduros, pois estes podem lhes proporcionar a segurança necessária para a criação dos filhos. Assim, faces com queixo largo e zigomático grande são atrativas, assim como a barba, associada com masculinidade, força e sucesso profissional”.

Este discurso, assim, além de considerar a sexualidade humana como condicionada aos objetivos da reprodução da espécie, naturaliza o que autoras como Gayle Rubin (1975) e Judith Butler (2003) denunciam como concepções que constroem a heterossexualidade como normativa e compulsória. De acordo com Swain (2004, p. 183), “o binômio sexo/gênero se traduz, assim, implícita e naturalmente, em sexualidade reprodutiva, heterossexual”.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As revistas analisadas, embora fossem, na maioria, publicações não-restritas a uma determinada faixa etária, estavam numa biblioteca de colégio, como foi explicitado, para a consulta de meninas, moças, rapazes, meninos de 11 a 18 anos, aproximadamente. Tais idades correspondem ao período caracterizado como adolescência, fenômeno que, na divisão da história da vida humana em etapas, constitui-se como uma das características da modernidade<sup>2</sup>, pela forma como se globaliza e se subjetiva nas vivências individuais.

Muito se tem escrito e pesquisado sobre adolescência, e as opiniões sobre este momento da vida humana, ora caracterizado como de conflitos existenciais, de crise identitária (Erikson, 1987), ora considerada em seus aspectos mais positivos de continuidade entre a infância de antes e a vida adulta do futuro, são polissêmicas. É, no entanto, um tempo do ciclo de vida que tem merecido preocupação de políticas públicas e cujos limites cronológicos não são consensuais. De qualquer forma, seu início é comumente marcado pelo fenômeno da puberdade – de conotações claramente biológicas – e seu término pela maturidade psicossocial e a aquisição de relativa independência do sujeito jovem; independência que, pelas características socioeconômico-culturais das sociedades urbanas atuais, torna-se cada vez mais difícil de atingir, se falarmos das populações urbanas de camadas médias, já que as questões de classe marcam todas as posições dos sujeitos em nossas sociedades e o colégio particular a que pertence a biblioteca onde foram encontradas as publicações destinadas às camadas médias e às elites de Florianópolis.

Sem entrarmos na discussão que divide ou aproxima discursos médicos, psicológicos, pedagógicos, sociológicos, sobre puberdade, adolescência, juventude (que tenta atribuir estas denominações à exclusividade de cada uma dessas áreas do saber) ou nos posicionarmos em torno da discussão sobre a crise, ou não-crise, do período da adolescência ou juventude (Grosso, 2000), podemos centrar a atenção sobre a importância de todo esse momento da vida humana, somado ao da infância, para o investimento da sociedade na educação das novas gerações.

A educação formal é a atividade principal dos jovens, púberes e adolescentes, nas sociedades urbanizadas da modernidade. Nas camadas médias e nas elites é atividade quase exclusiva (o que não acontece, em geral, com as camadas populares de países como o Brasil, que não conseguem garantir educação formal para os setores mais empobrecidos de suas populações). Assim, estes jovens rapazes e meninas de camadas médias estão no colégio para estudar, aprender. A biblioteca serve de suporte para seus estudos e pesquisas, e é nos livros e, também, nestas revistas que buscam argumentos para as concepções que desenvolvem e elaboram e para as crenças e valores que os constituem no decorrer do ciclo vital.

Neste sentido, achamos importante buscar publicações para análise em instituições de ensino (o colégio particular de ensino fundamental-médio e o curso de psicologia), destinadas à educação de jovens.

Nicholson (2000) analisa em seu artigo diferentes versões essencialistas que buscam explicar as diferenças entre homens e mulheres, concepções contestadas pelas teorias construcionistas. A autora analisa também algumas concepções construcionistas que, mesmo fugindo do determinismo biológico, não conseguem superar o que ela caracterizou como “fundacionismo biológico”.

Na análise feita neste artigo, a qual sugere a realização de uma pesquisa ampliada que aprofunde a discussão iniciada, a presença das concepções essencialistas, representadas especialmente pela ênfase nos aspectos biológicos como causadores das diferenças entre os gêneros, demonstra a continuidade desse discurso.

A confusão conceitual encontrada em algumas reportagens, sobre a questão sexo-gênero, resulta numa despolitização da discussão dessas temáticas. Disso decorre uma visão de mundo dicotomizada, dando abertura para uma interpretação essencialista das diferenças entre homens e mulheres.

Devemos refletir também a respeito do efeito que esses tipos de publicação têm na construção social das representações de masculinidade e feminilidade. Disso decorrerão diversas práticas sociais, baseadas nessas perspectivas reducionistas, nas quais se determinam as diferenças num nível individual e se perdem de vista as

<sup>2</sup> Divisão histórica, é bom lembrar. Conferir, dentre outros/as autores/as, a obra já clássica de Phillipe Ariès (1981).



relações de poder tradicionais, implicando na inviabilização de mudanças nessas relações estabelecidas. Cabe perguntar a quem interessa manter essas concepções essencialistas das relações entre os gêneros, pois em todos os sistemas de sexo-gênero, de acordo com De Lauretis (1974), estarão sempre intimamente interligados os fatores políticos e econômicos que contextualizam cada sociedade histórica.

## REFERÊNCIAS

- Ariès, P. (1981). *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beauvoir, S. (1980). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Butler, J. (2003). Tráfico sexual: entrevista. *Cadernos Pagu*, 21, 157-209.
- De Lauretis, T. (1994). A Tecnologia do Gênero. Em H. B. Hollanda: *Tendências e Impasses: o Feminismo como Crítica da Cultura* (pp.206-242). Rio de Janeiro: Rocco.
- Erikson, E. H. (1987). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Grosso, L. A. (2000). *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel.
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Mead, M. (1999). *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva.
- Nogueira, M. C. (2001). Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 13(1), 107-128.
- Nicholson, L. (2000). Interpretando gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8(2), 9-41.
- Orlandi, E. (1999). *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. (1996). Dispositivos da Interpretação. Em E. Orlandi: *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico* (pp. 79-98). Petrópolis: Vozes.
- Pêcheux, M. (2002). *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- Rose, S. (1997). A perturbadora ascensão do determinismo neurogenético. *Ciência Hoje*, 21(126), 18-27.
- Rubin, G. (1975). The traffic in women: Notes on the 'political economy' of sex. In R. Reiter (Ed.), *Towards Antropology of Women* (pp. 157-210). New York: Monthly.
- Saffioti, H. I. B. (1994). Posfácio: conceituando gênero. Em H. I. B. Saffioti & M. Muñoz-Vargas. *Mulher brasileira é assim* (pp. 271-283). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Scott, J. (1990). Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Sociedade*, 16(2), 5-22.
- Swain, T. N. (2004). Feminismo, corpo e sexualidade. Em C. S. Rial & M. J. F. Toneli, (Orgs.), *Genealogias do silêncio: feminismo e gênero* (pp. 183-194). Florianópolis: Mulheres.

Recebido em 23/05/06  
Aceito em 30/10/06

## ANEXO

**Tabela 1.** Reportagens Selecionadas para o *Corpus* de Análise

Revista	Nome da Reportagem	Autor	Tipo	Data da Publicação
Seleções Reader's Digest	A ciência de um casamento feliz (pp. 60-65)	Michael Gurian	Reportagem	Janeiro de 2005
Isto É	Agora é oficial: Roberta Close é mulher	Não identificado	Coluna (A Semana)	23 de março de 2005
Galileu	Matriarcado: história ou mito? (pp. 70-75)	Pablo Nogueira	Reportagem (Tema: Arqueologia)	Abril de 2005
Psicologia Brasil	A Psicologia do Amor (pp. 12-15)	Roberto M. Cruz; João F. R. Wachelke; Robson B. Faggiani; Alexssandro Andrade; Jean C. Natividade	Artigo (Capa)	Fevereiro de 2005
	Questão de Simetria (pp. 40-45)	Marcus Hausmann	Artigo	
Viver Mente e Cérebro	Nossas maneiras de ser (p. 3)	Ana C. Ferrari	Editorial	Edição especial de março de 2005
	Diferenças desde o nascimento (pp. 32-39)	Hartwig Hanser	Artigo	
	Sexo, mitologia e verdade científica (p. 98)	Moacyr Scliar	Coluna (Literatura)	